

NOTA PRÉVIA

Apresentar um volume de setecentas páginas não constitui tarefa fácil. A sua autora, Dr.^a Maria de Fátima Castro, leu, folha a folha, livro a livro, toda a documentação proveniente da Santa Casa da Misericórdia de Braga, seguindo uma cronologia que cobre a maior parte da sua quase cinquecentenária existência. Trata-se do produto de décadas de trabalho solitário, premiado agora com a sua publicação sob os auspícios desta instituição. Insere-se também num estudo de conjunto de que a autora publicou já um primeiro volume, relativo a aspectos devocionais da confraria e da edificação do conjunto arquitectónico da Misericórdia. Encontra-se ainda em elaboração um terceiro volume, que focará as formas de assistência à pobreza prestadas pela instituição e aquela que continua a ser a grande instituição hospitalar da cidade – o hospital de S. Marcos.

Qualquer estudioso sobre as misericórdias portuguesas encontrará neste volume todos os assuntos que dizem respeito à Misericórdia de Braga no seu aspecto administrativo: os obscuros anos iniciais, a dificuldade em atribuir-lhe uma data precisa para a fundação, as relações com a coroa, a sua inserção num senhorio episcopal, as relações com o arcebispo de Braga e as restantes instituições da cidade, a composição social da irmandade e das provedorias, a construção do património, as suas práticas administrativas e financeiras. O tratamento das fontes documentais é exaustivo e criterioso, pelo que se trata de uma monografia “completa” do ponto de vista formal. O estudo da Dr.^a Fátima Castro cobre portanto todas as vertentes que, depois da recente vaga de monografias sobre as misericórdias, podemos designar por “clássicas”, o que lhe confere compatibilidade se optarmos por uma abordagem comparativa em relação aos outros recentemente efectuados.

Trabalho quanto mais notável porquanto se deve apenas à vontade férrea da sua autora, que o elaborou à margem da instituição universitária, sem encontrar nele o pretexto para obter o grau de mestre ou de doutor. Constitui a prova cabal de que a investigação cientí-

fica não é propriedade das universidades e de que, antes das recompensas públicas e não necessariamente por causa delas, continua a haver espaço para o prazer da investigação em História.

*Isabel dos Guimarães Sá
Departamento de História da Universidade do Minho*

Braga, Novembro de 2002